

Do relato, da expedição e da reescrita ficcional: de Spix e Martius a Verunschck

The Report, The Expedition and The Fictional Rewriting: from Spix and Martius to Verunschck

Paulino Paulo Pereira Filho¹

Roberto Mibielli²

Resumo: Nesse artigo procuramos discutir a relação entre o relato da expedição ao Brasil de Spix e Martius (1817-1820) e o romance *O som do rugido da onça* de Micheline Verunschck. Nossa discussão é pautada na relação entre literatura e história enquanto formas narrativas. No artigo priorizamos situar o olhar colonial de Spix e Martius sobre a realidade brasileira, em especial dos indígenas brasileiros, em contraste direto com a imagem que constrói, a partir de um olhar mais crítico, a escritora Micheline Verunschck. Para tanto, nos utilizamos de parte do material legado pelos dois naturalistas alemães em publicações científicas, assim como de teóricos como Viveiros de Castro e Ângela Dias.

Palavras-Chave: Relato de Viagem; Spix e Martius; Micheline Verunschck; Perspectivismo Indígena.

Abstract: In this paper we seek to discuss the relationship between the account of the expedition to Brazil by Spix and Martius (1817-1820) and the novel *O som do rugido da onça* by Micheline Verunschck. Our discussion is based on the relationship between literature and history as narrative forms. In the article, we prioritize placing Spix and Martius' colonial view of the Brazilian reality, especially the indigenous Brazilians, in direct contrast with the image that the writer Micheline Verunschck constructs from a more critical viewpoint. To this end, we used some of the material legacy by the two German naturalists in scientific publications, as well as theorists such as Viveiros de Castro and Ângela Dias.

Keywords: Travelogue; Spix and Martius; Micheline Verunschck; Indigenous Perspectivism.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Letras na Universidade Federal de Roraima (PPGL/UFRR). Professor efetivo da SEED-RR. E-mail: paulinopfilho@yahoo.com.br. Orcid: [0009-0003-0364-8128](https://orcid.org/0009-0003-0364-8128).

² Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras na Universidade Federal de Roraima (PPGL/UFRR). E-mail: rmibielli@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4171-3280>.

As viagens de Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius ao Brasil, entre os anos de 1817 e 1820, fazem parte de um contexto mais amplo de exploração científica e colonial que marcou o início do século XIX. Sob o patrocínio do Reino da Baviera e integrados à comitiva da princesa Leopoldina, os dois naturalistas alemães embarcaram em uma expedição com o objetivo de catalogar a flora, fauna, e os povos indígenas do Brasil (Lima Aline, 2019). Durante essa viagem, realizaram uma das mais amplas documentações etnográficas e biológicas do território brasileiro até então. Contudo, essa viagem não esteve isenta de polêmicas, sendo um dos aspectos mais controversos o episódio do rapto de crianças indígenas, o que trouxe à tona as tensões entre a ciência, colonialismo e os direitos humanos.

No início do século XIX, o Brasil ainda era uma colônia de Portugal, mas se encontrava em um momento de transição, já que a família real portuguesa havia se transferido para o Brasil em 1808, fugindo das invasões napoleônicas. Esse movimento trouxe maior visibilidade para o território brasileiro, e os interesses europeus sobre a América Latina começaram a se intensificar, especialmente no campo das ciências naturais.

As viagens científicas patrocinadas pelos governos europeus nesse período, como a de Spix e Martius, faziam parte de uma estratégia para mapear o “novo mundo”, tanto em termos de recursos naturais como de populações humanas. Os europeus buscavam entender, catalogar e explorar essas terras, ao mesmo tempo que consolidavam um discurso de superioridade cultural e civilizatória em relação aos povos indígenas, e os cientistas não apenas registravam as riquezas naturais, mas também reforçavam, direta ou indiretamente, os interesses coloniais de seus países. A viagem de Spix e Martius, especificamente, estava inserida nesse contexto de grandes expedições científicas.

No início do século XIX, o contexto europeu era marcado pelo crescimento do interesse científico e pelo impulso expansionista das potências ocidentais, que buscavam explorar, catalogar e compreender terras e povos até então pouco conhecidos. Nesse cenário, as expedições científicas se tornaram uma ferramenta crucial para ampliar o conhecimento sobre a natureza e a diversidade cultural de regiões coloniais. Entre essas incursões, a viagem empreendida pelo zoólogo Johann Baptist von Spix e pelo botânico Carl Friedrich Philipp von Martius ao Brasil, de 1817 a 1820, é emblemática. Enviados pelo governo da Baviera após a assinatura do tratado entre Portugal e Áustria — que formalizou o casamento entre a princesa Leopoldina e o príncipe Pedro de Alcântara, futuro imperador do Brasil —, os cientistas

foram encarregados de documentar a fauna, flora e aspectos culturais da colônia portuguesa (Lima Aline, 2019).

Inspirados pelas viagens de Alexander von Humboldt, que haviam demonstrado o potencial científico e geopolítico dessas expedições, Spix e Martius foram incentivados a adotar um olhar meticuloso e sistemático, ao mesmo tempo que observavam com o filtro de uma perspectiva eurocêntrica, típica dos ideais iluministas da época. Esse contexto histórico destaca não apenas o papel explorador, mas também o impulso científico e colonialista que acompanhava essas missões, visando consolidar o conhecimento europeu sobre o território e os povos brasileiros como parte de um projeto de poder e controle simbólico sobre as regiões ultramarinas.

Entre 1817 e 1820, Spix e Martius percorreram mais de 10 mil quilômetros pelo território brasileiro, desde o Rio de Janeiro até o Amazonas. A expedição foi meticulosamente planejada para cobrir diversas regiões do Brasil, com o objetivo de coletar espécimes de plantas e animais, além de registrar dados sobre as populações indígenas. Dentro do programa a ser seguido pelos naturalistas, são explicadas pelo narrador, a exemplo das atribuições de von Spix:

O dr. Spix, como zoólogo, encarregou-se de todo o reino animal, objeto de suas observações e atividades. Nesse domínio, incluirá ele tudo que diz respeito ao homem, tanto indígenas como imigrados: as diversidades, conforme os climas; o seu estado físico e espiritual, etc.; a morfologia e anatomia de todas as espécies de animais, dos inferiores aos superiores, os seus hábitos e instintos, a sua distribuição geográfica e migrações; e, igualmente, fará observações sobre os restos existentes embaixo da terra, esses mais seguros documentos do passado e do sucessivo desenvolvimento da criação. (Spix e Martius, 2017, p. 19)

Seguindo com as atribuições e funções de von Martius

O dr. Martius, como botânico, assumiu o encargo de pesquisar o reino da flora tropical, em toda a sua extensão. Além de estudar, de preferência, as famílias de plantas endêmicas, competia-lhe especialmente investigar aquelas formas que, pelo parentesco ou identidade com plantas de outros países, permitem concluir qual a pátria de origem e a sua sucessiva propagação sobre a Terra. Pretendia ele fazer essas pesquisas, levando em conta as relações climáticas e geológicas, e por essa razão estendê-las também aos mais humildes membros do reino das plantas, tais como os musgos, líquens e cogumelos. As mudanças que tanto as plantas indígenas como as introduzidas sofrem sob certos influxos exteriores, a história do solo e do cultivo ali usado, deviam igualmente ser tomadas em consideração. Com as pesquisas da anatomia e desenvolvimento das plantas tropicais,

poder-se-ia chegar a interessantes conclusões quanto as leis da vida vegetal em geral, assim também, com a observação de vestígios encontrados de vegetação anterior, agora desaparecida, obter-se-ia material para fundamentar conceitos geológicos. Finalmente, iria ele atingir um dos alvos de sua expedição com pesquisas rigorosas dos medicamentos vegetais, assim como de todas as restantes matérias vegetais, cuja utilidade para as artes e indústrias se comprovasse, cotejando-as com desvelo com as que são usadas na sua pátria. Deveríamos, sobretudo, além das observações e pesquisas científicas nas nossas especialidades, pressupondo mútuo auxílio e assistência entre ambos, completar, quanto possível, com remessas de exemplares dos produtos naturais de todos os reinos, as coleções da Academia, como melhor prova das observações feitas. (Spix e Martius, 2017, p. 20-21)

Seus relatos e obras, como o *Reise in Brasilien (Viagem pelo Brasil)*, publicado em três volumes, constituem uma das mais importantes fontes de conhecimento sobre o Brasil do século XIX, influenciando estudiosos por décadas, sendo eles, também, fortemente influenciados pelos ideais iluministas, que colocavam a razão e a ciência no centro das atividades humanas. No entanto, apesar de suas contribuições científicas indiscutíveis, suas práticas refletiam também os preconceitos e as visões eurocêntricas da época. A ciência do século XIX, especialmente no campo da biologia e da etnografia, estava profundamente marcada por teorias raciais que hierarquizavam os povos de acordo com supostas características biológicas.

Assim, Martius (1845) encara a história do Brasil pela perspectiva de uma continuidade portuguesa, de uma história colonial e imperial ressaltando ainda uma origem portuguesa como “essência” desse processo histórico

(...) quero indicar que o período da descoberta e colonização primitiva do Brasil não pode ser compreendido, senão em seu nexos com as façanhas marítimas, comerciais e guerreiras dos portugueses, que de modo algum pode ser considerado como fato isolado na história desse povo ativo, e que sua importância e relações com o resto da Europa está na mesma linha com as empresas dos portugueses (Von Martius, 1845, p. 74).

Von Martius, portanto, vislumbrava na origem portuguesa europeia a possibilidade de um futuro civilizador para o Brasil:

Cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece a este respeito um motor especial: e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior for a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças. Disso necessariamente se segue o português, que, como descobridor, conquistador

e senhor, poderosamente influenciou naquele desenvolvimento; o português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande erro para todos os principais da historiografia-pragmática, se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população (Von Martius, 1845, p. 64).

Por outro lado, o mesmo Von Martius destaca a importância de não se desprezar “as forças dos indígenas e dos negros importados” como “forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população” (Von Martius, 1845, p. 64). Deste modo, fruto que são de uma ciência francamente positivista, ambos os naturalistas acreditavam modalizar seu discurso crítico, alcançando a tão almejada neutralidade da observação científica exigida pela epistemologia europeia naquele momento histórico. A crença nessa neutralidade fazia com que o seu discurso em relação ao novo mundo, oscilasse entre a crítica preconceituosa e racista e uma estranha admiração das coisas novomundistas. Assim, nota-se um estranhamento por parte dos naturalistas, como descrito em seus relatos acerca do que viam, baseados em seu contexto europeu, de uma superioridade civilizatória, como escrevem em seu relatório:

Quem chega convencido de encontrar esta parte do mundo descoberta só desde três séculos, com a natureza inteiramente rude, violenta e invicta, poder-se-ia julgar, ao menos aqui na capital do Brasil, fora dela; tanto fez a influência da civilização e cultura da velha e educada Europa para remover deste ponto da colônia os característicos da selvajaria americana, e dar-lhe cunho de civilização avançada. Língua, costumes, arquitetura e afluxo dos produtos da indústria de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro aspecto europeu. O que, entretanto, logo lembra ao viajante que ele se acha num estranho continente do mundo, e sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra. Esse aspecto foi-nos mais de surpresa do que de agrado. A natureza inferior, bruta, desses homens importunos, seminus, fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as fórmulas obsequiosas da sua pátria. (Spix e Martius, 2017, p.48-49)

Assim, a perspectiva de Spix e Martius sobre os povos nativos do Brasil foi, em grande medida, influenciada pelos paradigmas científicos e antropológicos da época, que mesclavam admiração e exotismo com o viés epistemológico colonial europeu. Ao observar as práticas e costumes indígenas, os naturalistas alternavam entre uma visão de fascínio pelo “primitivo” e uma abordagem descritiva que procurava catalogar as etnias e línguas indígenas como parte de um esforço para compreender a “diversidade natural” do continente. Eles

tinham um olhar etnográfico que tentava preservar, por meio de desenhos e descrições detalhadas, os costumes e saberes dos povos indígenas, embora suas observações fossem frequentemente carregadas de interpretações etnocêntricas, que subjugavam as práticas locais em relação aos padrões europeus.

Mas essa visão não era exclusiva dos europeus. Se buscarmos na literatura brasileira do século XIX, dona de um discurso notadamente de cunho cientificista, como *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo (1890), veremos que as descrições que procura fazer de suas personagens mestiças como Rita Baiana e Firmo, oscilam entre a selvageria e a lascívia, o que nos faz lembrar as primeiras descrições, feitas em solo tupiniquim, pelo escrivão Caminha. As mulheres nuas e sempre dispostas ao sexo, os homens selvagens e incompreensíveis.

Outro componente desse mesmo romance, posterior, mas do mesmo século das expedições de Von Martius e Spix, é o fascínio e a sedução exercida por Rita Baiana sobre o português Jerônimo, ao ponto de fazê-lo esquecer de seus costumes e aderir à cachaça e aos amores de Rita Baiana. Nesse caso, a proximidade com o trecho do relato de Spix e Martius é espantosa, mas não uma coincidência: “A natureza inferior, bruta, desses homens importunos, seminus, fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as fórmulas obsequiosas da sua pátria.” (Spix e Martius, 2017, p.48-49)

Trata-se de imaginário que foi composto desde o primeiro contato e desde a primeira narrativa sobre a porção brasileira do novo mundo, e que sobrevive, ainda em nossos dias, em determinadas camadas da sociedade europeia.

Aluísio Azevedo, embora brasileiro, não deixou de ser fortemente influenciado pelo discurso da ciência de seu século, principalmente diante da crença na existência da neutralidade de seus naturalistas. Nesse sentido, pode-se creditar ao discurso oscilante, entre a crítica preconceituosa e o fascínio pelos trópicos, a adesão de autores brasileiros às ideias de uma epistemologia positivista, que resultou na construção desses estereótipos sobre a formação da cultura brasileira.

Em seus registros, Martius foi além da observação e da coleta de informações sobre os costumes e as línguas indígenas, propondo, em sua obra posterior *Flora Brasiliensis* e outros escritos, a ideia de que a diversidade cultural e a biodiversidade estavam intimamente ligadas no Brasil. Essa visão avançada relacionava o entendimento das práticas de subsistência dos povos nativos com a adaptação ao ambiente tropical, reconhecendo, ainda que de maneira inicial, o conhecimento ecológico dos indígenas.

Não obstante isso, a fusão entre a relação do conhecimento da fauna e da flora por parte dos nossos aborígenes, com a diversidade cultural do brasileiro, assim como sua relação com nossa biodiversidade, contribuiu ainda mais para a ideia de que éramos uma nação da floresta. Essa construção imagética traçava desta maneira, uma linha divisória entre o que considerava como mundo selvagem e o que considerava civilizado.

Apesar do respeito em suas descrições, as interpretações de Spix e Martius refletiam a mentalidade europeia que os levou a considerar a civilização ocidental como o ápice da evolução cultural. Essa dicotomia entre o reconhecimento da complexidade cultural dos povos indígenas e a superioridade atribuída aos valores europeus marcou grande parte das suas contribuições, demonstrando como o contato europeu com os povos nativos, ainda que com interesse científico, era permeado por ideias que ao descreverem esses povos como “primitivos” e/ou “não civilizados”, propunha através da suposta superioridade civilizacional europeia o progresso na condução do país, pelas mãos de não-nativos.

Nesse sentido, os naturalistas europeus viam as populações indígenas como “primitivas” ou “selvagens”, enquadrando-as em teorias evolutivas que legitimavam, de certa forma, as práticas coloniais e a subjugação dessas populações. A coleta de dados etnográficos e biológicos, embora de valor científico, também servia para reforçar a dominação cultural e política sobre as terras colonizadas.

Um dos episódios mais polêmicos da expedição de Spix e Martius foi o rapto de crianças indígenas. Durante a travessia pela região amazônica, os dois cientistas alemães encontraram-se com diversas tribos indígenas. Em um desses encontros, eles tomaram consigo duas crianças indígenas, uma menina da etnia Juri e um menino Jupurá, com o intuito de levá-las à Europa, onde em seu relatório pode-se ler:

Agregou-se ali à guarnição um jovem juri, da horda comá-tapuia, que nos acompanhou até Munique; infelizmente, porém, tanto ele como a jovem miranha, sua companheira, morreram, não suportando a mudança de clima e as outras circunstâncias exteriores. (Spix e Martius, 2017, p.362)

Trata-se aqui das crianças Juri e Miranha, batizadas como Isabella e Johannes. Os naturalistas alemães, Spix e Martius, ao longo de sua expedição ao Brasil entre 1817 e 1820, justificaram a decisão de levar crianças indígenas para a Europa baseando-se em um interesse científico e educacional. Eles argumentaram que o estudo dessas crianças em território

européu permitiria um entendimento mais aprofundado da cultura e das capacidades intelectuais dos povos indígenas, longe das influências ambientais e culturais locais.

A perspectiva dos naturalistas dizia respeito à ideia de adaptabilidade dessas crianças aborígenes à civilização, como um experimento de caso, que permitisse observar o funcionamento da inteligência e da capacidade de adaptação ao mundo “evoluído”. Também servia como comprovação da eficiência da expedição para seus financiadores.

O rapto dessas crianças, no entanto, não era um ato isolado, mas fazia parte de uma prática mais ampla de “coleta” de seres humanos por exploradores europeus, que viam os indígenas como objetos de estudo, desconsiderando suas individualidades e culturas. Para Spix e Martius, essas crianças seriam “exemplares vivos” da diversidade humana que pretendiam apresentar aos cientistas europeus, assim como faziam com plantas e animais.

Levar indivíduos de outros continentes para a Europa era uma prática que remontava às grandes navegações e que se intensificou com as expedições científicas. Museus e zoológicos humanos eram criados em várias cidades europeias, onde povos colonizados eram expostos como atrações exóticas.

Embora possa parecer que o rapto das crianças indígenas representava uma forma de desumanização e violação de direitos disfarçada de interesse científico, é importante salientar que essa é uma impressão que nos cabe em nossos dias. Seria anacrônico pensarmos dessa maneira em relação ao início do século XIX. A brutalidade do ato em si, para aqueles que viviam naquele momento histórico, não era anormal. Pelo contrário, muito se fez, em nome da ciência, em termos de experimentos, que, em nossos dias violariam, sem dúvida inúmeras leis e direitos. No entanto, tais direitos não existiam nessa época, assim como, não existiam leis que nos protegessem da falta de escrúpulos de algumas mentes coloniais.

Na expedição de Spix e Martius, seis indivíduos indígenas foram retirados de suas comunidades, sob a alegação de servirem para serem estudados pelos naturalistas alemães. Desses seis indígenas trocados por apetrechos menores e/ou recebidos de presente pelos caciques de suas respectivas aldeias, dois acabaram permanecendo no Brasil, a serviço de autoridades brasileiras, dois faleceram durante a travessia do Atlântico e duas crianças chegaram à Europa.

Como consequência direta desse ato repugnante essas duas crianças indígenas, raptadas por Spix e Martius, que lograram chegar vivas à Europa, não tiveram um destino feliz. Elas foram levadas para Munique, na Alemanha, onde foram apresentadas à corte

bávara e se tornaram objeto de curiosidade tanto para os cientistas quanto para o público em geral. No entanto, ambas morreram poucos anos depois, devido às condições climáticas e sanitárias da Europa, que eram completamente estranhas aos seus organismos.

Assim, Micheline Verunschik, em *O Som do Rugido da Onça*, intenta realizar uma reescrita crítica do passado colonial brasileiro ao narrar a história das duas crianças indígenas levadas à Europa durante a expedição de Spix e Martius, buscando promover uma subversão do olhar colonial presente nos relatos de viagem do século XIX e colocando os indígenas como sujeitos e não como objetos de estudo. Desse modo, sua narrativa transita entre o documentário e o ficcional, propondo uma nova perspectiva histórica e literária que questiona os estereótipos e o silenciamento das culturas indígenas.

Mas não se trata só disso a história. Micheline também amarra o passado ao presente, ao colocar a personagem Josefa em trânsito paralelo com as duas crianças, confrontando o Brasil contemporâneo, que se mascara de “novo”, mas que continua, depois de tantos e tantos anos, massacrando as lutas e silenciando as reivindicações indígenas sobre terra, sobre moradia, sobre dignidade, sobre seus direitos mais básicos.

Desse modo, *O Som do Rugido da Onça* resgata a perspectiva dos próprios indígenas, oferecendo uma visão crítica sobre as narrativas coloniais que silenciaram e objetificaram essas populações. Verunschik constrói sua obra com uma abordagem literária que transcende o realismo e incorpora elementos de ficção histórica e de memória coletiva.

Essa ideia de reescrever e rasurar ganha destaque ao refletir sobre como o próprio processo de registrar os fatos implica em um ato de poder e controle sobre a realidade retratada, manipulando o que deve ou não ser incluído. A citação a seguir ilustra ainda mais esse processo de intervenção narrativa e as dificuldades de manter uma objetividade em um contexto de confronto cultural e colonização, já que o viajante precisa

apagar rastros, estabelecer o lugar do corte entre o vivido e aquilo que gostaria que tivesse acontecido. Ou dar apenas aquilo que as pessoas precisam saber, parca razão da verdade. Toda rasura é uma edição. Sem dúvida o ato é em si mesmo um fracasso, e o cientista sabe disso, mas como perceber aos olhos dos outros sem a marca do heroico incontestável? Expurgar, desviar, eliminar a variação torna-se um hábito para quem escreve ou reescreve a história. (Verunschik, 2021, p. 33)

Nota-se, portanto, que a obra não se limita a contar a história de Iñe-e; ela revisita o contexto colonialista e as consequências psicológicas e culturais da imposição europeia,

questionando a construção do “outro” e a exploração de seres humanos em nome da ciência e do progresso. Dessa forma, enquanto Spix e Martius tratam o indígena como objeto de observação e conhecimento, Verunschik subverte essa objetificação dando voz a uma perspectiva indígena e denunciando as cicatrizes deixadas pelo colonialismo.

Ao colocá-la no papel de curadora do corpo e do espírito, Verunschik, determina para a personagem menina (Iñe-e) um papel central na história de seu próprio povo, o que acentua a sensação de ojeriza em quem lê, diante do ato de arrancá-la de seu meio. Mas, apesar da centralidade de papéis no romance, este não se constitui apenas da voz desta personagem:

Trata-se de uma colcha de retalhos de ressonância lendária; uma orquestração de vozes conduzida por um regente hábil e sensível. Seu relato captura o imaginário ameríndio, em seu confronto com a civilização ocidental, e suas características míticas e onírico-especulativas. Assim, a coparticipação de não-humanos nas concepções cosmológicas e na vida social dos indígenas americanos marca a narrativa. (Dias, 2022, s/p)

A presença da onça como símbolo da resistência na personagem indígena de Iñe-e é, sobretudo, uma forma de Verunschik demonstrar o conflito entre epistemologias, entre formas de viver e de estar no mundo. De um lado, tem-se a cosmologia indígena, capaz de se colocar lado a lado com as demais criaturas (dentre elas a onça) e com elas estabelecer diálogo, como propõe Viveiros de Castro no *A inconstância da alma selvagem* (2014): “Nesse discurso absoluto, cada espécie de ser aparece aos outros seres como aparece para si mesma - como humana - e, entretanto, age como se já manifestando sua natureza distintiva e definitiva de animal, planta ou espírito.” (Viveiros de Castro, 2014, p. 244), de outro lado, a epistemologia ocidental que se crê como a ciência do universo e que dispensa, a animais e pessoas de etnias diferentes, o desprezo da atribuição de inferioridade a ser estudada.

Embora romance de ficção, o texto de Micheline Verunschik, aponta questões atuais, indo e vindo pela história até a crítica de nossos dias, de um planeta cada vez mais em agonia, de uma humanidade cuja humanidade nem sempre foi tão humana quanto desejaríamos que fosse.

E continua sem ser.

Referências

AZEVEDO, Aluísio de. **O Cortiço**. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2002.

BARREIRO, J. C. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Unesp, 2002.

DIAS, Ângela Maria. A história pelo retrovisor: o legado da espoliação e a onça mítica em O som do rugido da onça de Micheline Verunsch. **Alea** 24 (3) • Sep-Dec 2022, <https://doi.org/10.1590/1517-106X/202224307> disponível in <https://www.scielo.br/j/alea/a/bLNjPK47XLGx47nX7NBXWgj/?lang=pt>

LIMA, Alice Santana de. Spix, Martius e o legado histórico-científico-ficcional das Viagens. **Blog da BBM**. 18/julho/2019. Disponível em: <https://blog.bbm.usp.br/2019/spix-martius-e-o-legado-historico-cientifico-ficcional-das-viagens/> .

SPIX e MARTIUS. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3v. Edições do Senado Federal; v. 244-A.

VERUNSCHK, Micheline. **O som do rugido da onça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem - e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. E-book.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. **Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. N. 24, janeiro de 1845.

VON MARTIUS, Karl Frierich Philipp. **A Viagem de von Martius. Flora Brasiliensis**. Vol. I. Tradução do latim de Carlos Bento Matheus, Lívia L. P. Barreto, Miguel B. do Rosário. Rio de Janeiro: Index, 1996.